



v.2, n.2, jul./dez. 2017 ISSN: 2527-1253

As ações do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da UFRRJ¹ na recomposição do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande. A ênfase na Gestão Social e no Controle Social

Márcio de Albuquerque Vianna *
Carlos Frederico Bom Kraemer **
Lamounier Erthal Villela ***
Dayenne Gomes Brandão de Oliveira ****
Daniel Senna Dias *****

*Professor do Instituto de Educação da UFRRJ e doutorando do PPGCTIA – Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária – da UFRRJ.
E-mail: marcioviannamat@ufrj.br

**Professor do Instituto Interdisciplinar da Universidade Federal Fluminense e doutorando do PPGCTIA da UFRRJ, doutor em Economia pela Sorbonne Nouvelle Paris III e Pós-doutor em Administração Pública pela EBAPE/FGV.
E-mail: Carlos.kraemer@gmail.com

***Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UFRRJ e do doutorado do PPGCTIA e do mestrado do PPGDT – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – da UFRRJ.
E-mail: lamounier.erthal@gmail.com

****Discente do curso de graduação em Ciências Econômicas da UFRRJ.
E-mail: dayennegomes@hotmail.com

*****Discente do curso de graduação em Ciências Econômicas da UFRRJ.
E-mail: danielsenna1994@gmail.com

RESUMO

A formação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs) consiste em um programa criado no ano de 2014, pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A iniciativa visou buscar parcerias com as universidades brasileiras para apoiarem o desenvolvimento dos Territórios Rurais e dos Territórios da Cidadania, criados no país, a partir da recomposição do colegiado de cada território. Os colegiados territoriais são compostos por representantes da sociedade civil e dos poderes públicos. Desta forma, pretende-se alcançar a inclusão produtiva da agricultura familiar, assim como exercício do controle social para que possa auxiliar na promoção do desenvolvimento territorial sustentável por meio da articulação realizada pelos NEDETs. O Território Rural da Baía da Ilha Grande (BIG) é composto pelos municípios de Seropédica, Itaguaí, Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty no estado do Rio de Janeiro. Sendo que o NEDET da BIG é formado por professores e alunos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O objetivo desse artigo foi analisar preliminarmente a implantação do projeto “Reestruturação do colegiado territorial da Baía da Ilha Grande-RJ a partir do NEDET da UFRRJ”, tendo como referência a operacionalização de práticas de controle social no tocante à participação e à fiscalização das políticas públicas nas diversas escalas. Até o momento deste trabalho foi observado um avanço da reorganização do colegiado. No entanto, as representações dos poderes públicos se fazem presentes de forma mais efetiva, demandando estratégias para uma maior presença das representações da sociedade civil.

Palavras chave: Gestão Social, Participação, Desenvolvimento Territorial

RESUMEN

Dos preguntas son abordadas desde la recepción de los medios de comunicación: La formación de Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs) es un programa criado en el año 2014 por la Secretaría de Desarrollo Territorial (SDT) del Ministerio de Desarrollo Agrario (MDA). Constituye una iniciativa para buscar asociaciones con universidades de Brasil a fin de apoyar el desarrollo de los Territorios Rurales y Territorios de Ciudadanía con objetivo de restablecer el colegiado de cada uno de los territorios. Se propone fomentar la inclusión productiva de la agricultura familiar, el ejercicio del control social y contribuir a un desarrollo territorial equilibrado y sostenible. En este sentido, la composición tiene en cuenta representantes de la sociedad civil organizada y de las autoridades públicas. El Territorio Rural de la Bahía de Isla Grande (BIG), ubicado en el estado de Río de Janeiro, es constituido por las ciudades de Seropédica, Itaguaí, Angra dos Reis, Mangaratiba y Paraty. El grupo del NEDET en BIG está conformado por profesores y estudiantes universitarios de grados y postgrado de la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro (UFRRJ). El objetivo de este trabajo es llevar a cabo un análisis preliminar de la implementación del proyecto “La reestructuración de la Junta Territorial de la Bahía de Isla Grande promovida por el NEDET de UFRRJ”, basada en la instrumentalización de prácticas de control social, particularmente en lo referente a la participación y la fiscalización de las políticas públicas en diferentes escalas. Hasta el momento se ha observado un avance de reorganización de la Junta. Sin embargo, las representaciones de los poderes públicos están presentes de manera más efectiva y requieren estrategias que necesitan una mayor presencia de representaciones de la sociedad civil.

Palabras clave: Gestión Social, Participación, Desarrollo Territorial.

ABSTRACT

El trabajo es un análisis de la distribución territorial de los mejores y peores Índice de TThe Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs) is a program created on by the Department of Territorial Development (DTV) of the Ministry of Agrarian Development (MAD). The initiative was to rise partnerships with Brazilian universities to support the development of the Rural Territories and Citizenship Territories created in the country, starting with the recomposition of the collegiate of each territory. The territorial associations are composed of representatives of civil society and public authorities. The territorial associations are composed of representatives of civil society and public authorities. In this way, we intend to seek the productive inclusion of family agriculture, as well as to exercise the social control in order to assist the promotion of sustainable territorial development through the articulation carried out by the NEDETs. The Rural Territory of Baía da Ilha Grande (BIG) is composed by Seropédica, Itaguaí, Angra dos Reis, Mangaratiba and Paraty cities. All located on Rio de Janeiro state. The NEDET of BIG is formed by professors, undergraduate and graduate students of the Universidade Federal do Rio de Janeiro. The objective of this article was to analyze the implementation of the project “Restructuration of the territorial college of Baía da Ilha Grande-RJ from the NEDET of UFRRJ”, with reference to the operationalization of practices of social control in relation to the participation and the fiscalization of policies through different scales. Until the moment of this work was observed an advance of the reorganization of the collegiate. Nevertheless, the representations of the public powers are present in a more effective way, demanding strategies for a greater presence of representations of civil society.

Key words: Social Management, Participation, Territorial Development

1. Introdução

Quando os estudos sobre desenvolvimento na perspectiva das regiões rurais tratam da noção de território ampliam as possibilidades de ação e de entendimento da dinâmica de dada região. No enfoque territorial abandona-se a ideia de uma abordagem setorial, isto é, restrita na agricultura e nos agricultores, nos quais seriam os únicos atores relevantes das regiões rurais (ABROMOVAY, 2007). De qualquer modo, a agricultura continua a receber uma posição primordial no espaço rural. No entanto, a própria dinâmica desse setor é condicionada por outras atividades, surgindo unidades familiares pluriativas, pois membros das famílias rurais começam a se dedicar em atividades não agrícolas, sendo um fator relevante para o rendimento familiar e o próprio processo produtivo do território.

Sobre as famílias rurais emerge um setor de grande relevância, que é a agricultura familiar. No entanto é preciso ressaltar que há uma grande diversidade de agricultores no Brasil dentro deste conceito. Há famílias que atuam em minifúndios em condições de pobreza, da mesma situação que há agricultores inseridos no setor comercial e produtivo do agronegócio, conseguindo gerar renda bem superior ao que define a linha da pobreza (BUAINAIN, 2006). Desta forma, há diferenciação em relação à formação dos agricultores familiares em termos históricos e culturais, assim como distinções em relação às regiões. Condições de produção, infraestrutura e uso de tecnologias. Com isso, o debate remete a diversas análises e reflexões nas políticas públicas e no meio acadêmico.

Dentre as mobilizações por parte dos agricultores familiares há a luta pela sua permanência na área rural, para isso o agricultor familiar precisa de meios dentro da produção agrícola e atividades relacionadas que garantam um nível de renda socialmente adequado para sua família, assim como a possibilidade de empregos não

agrícolas para trazer alternativas para membros da família, beneficiando as pluriatividades. Problemas como precariedade no acesso aos bens e serviços sociais básicos, empobrecimento dos recursos naturais, concentração na estrutura fundiária e dificuldades em acessar os mercados para escoar seus produtos são alguns dos fatores que levam ao êxodo rural (WANDERLEY, 2000).

Neste contexto, nos espaços rurais a promoção da agricultura familiar é um dos requisitos para o processo de desenvolvimento rural e sustentável. Segundo Cazella, Bonnal e Maluf (2009) o enfoque territorial possibilita ser um espaço potencial para o planejamento e a intervenção de políticas públicas de desenvolvimento em diversos países e no meio rural uma unidade inovadora para a promoção do desenvolvimento.

Segundo Cunha (2007), a abordagem territorial para as políticas públicas tem em sua defesa a proximidade social dos atores que ganha potencial na difusão de ideias, métodos e inovações, possibilitando a dinamização dos processos de desenvolvimento. Essa é uma tentativa de substituir a visão setorial de desenvolvimento para territorial, que tem maior contorno com os atores preocupados com o desenvolvimento rural “porque nos projetos de desenvolvimento formulados e implementados dentro da perspectiva setorial a agricultura e o espaço rural foram vistos de forma subordinada e dependente do crescimento industrial” (CUNHA, 2007, p. 166).

Dallabrida (2016, p. 20) concorda que “[...] cada vez mais se impõe a noção de território como recorte do espaço geográfico relacionado ao uso e apropriação, lugar de expressão de relações de poder, identidades e territorialidades individuais ou grupais”.

Com o processo de redemocratização e a promulgação de Constituição de 1988 iniciou-se um processo de descentralização das políticas públicas. Com a democracia sendo basilar neste movimento de formulação e implementação das políticas. A cidadania começa a ser um elemento

essencial nos espaços locais. Essa configuração se torna mais propícia nos municípios de pequeno e médio porte, pois a população está mais próxima dos governantes. Neste contexto, no âmbito local surgiram alternativas inovadoras na gestão e nas políticas públicas, tendo a participação social um fator preponderante. Junto a este processo há ações indutoras de políticas nacionais e regionais, que vão se concretizar na esfera territorial. De todo modo, a estrutura federativa brasileira ainda não apresenta uma institucionalidade política e também administrativa que intermediaria entre os municípios e o Estado. No entanto, começam a surgir diferentes experiências no Brasil (ALLEBRANDT et al., 2011).

Desta forma, estudar políticas públicas que possam fomentar um desenvolvimento que esteja amparado na democracia e a cidadania se torna relevante na medida em que é preciso entender os avanços, limitações e conflitos que essas políticas podem desempenhar. Com isso, também é preponderante investigar as dificuldades de efetivar tais políticas. Neste contorno, a participação social, por meio do controle social, possibilita reflexões acerca da ampliação democrática de nossas instituições.

Nesse sentido, em relação aos processos de participação social e controle social desenvolveram-se nas últimas décadas, no Brasil, conceitos teóricos em torno da gestão social, que nesta pesquisa pode-se tratar como “[...] o processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação [...]” (TENÓRIO, 2008, p.147). Desta forma, quando se analisa a gestão pública e se debruça em uma determinada governança no contexto da gestão social há a presença de diversos atores que são corresponsáveis das ações a serem tomadas, sendo fundamentada nas necessidades da coletividade e do bem comum. Na gestão social a participação é a essência (CANÇADO; SAUSEN e VILLELA, 2013).

Feitas essas breves considerações, o objetivo desse artigo foi analisar preliminarmente

implantação do projeto “Reestruturação do colegiado territorial da Baía da Ilha Grande-RJ a partir do NEDET da UFRRJ”, tendo como referência a operacionalização de práticas de controle social no tocante à participação e à fiscalização das políticas públicas nas diversas escalas.

O referido projeto foi aprovado em outubro de 2014 pela chamada CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014 no programa “Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial” proposto pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Estes núcleos são formados por professores e pesquisadores de IEs e são constituídos a partir de parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atuam por meio de projetos de extensão na assessoria aos Territórios Rurais. Esses profissionais realizam, nos territórios, ações de extensão e pesquisa, envolvendo o assessoramento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas, de desenvolvimento rural e de inclusão produtiva. A capacitação desses profissionais visa dotá-los de instrumentos e métodos para realizar as ações de assessoria aos Colegiados Territoriais, tanto as relacionadas à gestão social quanto as que dizem respeito às atividades de inclusão produtiva².

O objetivo da política proposta na chamada envolve ações para o desenvolvimento rural sustentável, tendo uma abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento de ações para o Brasil Rural, que são justamente ações para o desenvolvimento deste campo no Brasil. A implementação dessa política tem como principal articulador as Universidades Públicas Federais e Estaduais, Institutos Federais de Educação Tecnológica.

O NEDET do Território Rural da Baía da Ilha Grande (NEDET-BIG), composto pelos municípios de Seropédica, Itaguaí, Angra dos Reis, Mangaratiba, Paraty e o recém incluído município de Rio Claro no estado do Rio de Janeiro, é formado por professores e alunos de graduação e pós-gradu-

ação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A finalidade do NEDET-BIG é reunir os atores sociais do território composto pela sociedade civil organizada, pelos representantes das entidades de pesquisa e extensão e do poder público por representantes das secretarias municipais.

Essa política envolve elementos relevantes em uma perspectiva de construção social, representada pelo território, que contempla a história, a identidade e a diversidade da população envolvida. Esses são elementos que norteiam o desenvolvimento desta pesquisa. Outra questão que faz parte do escopo desta política e que está alinhada com o desenvolvimento deste trabalho que é se estabeleça uma governança fundamentada na gestão social, na qual se tenha a articulação entre os poderes públicos e representações da sociedade civil organizada, que no caso se cristalizam no Colegiado Territorial de cada Território Rural.

Os Colegiados Territoriais são instâncias de participação que pretendem exercer papel relevante no que possa abranger ações que tenham iniciativas para o desenvolvimento do território, ressaltando ações nas políticas públicas que podem atuar no território, inclusive no que diz respeito ao controle social. Justamente o ano de 2015 o NEDET da BIG teve grande dedicação e concentração nas atividades para a mobilização e reestruturação do Colegiado do Território.

Além desta introdução, o artigo apresenta discussões teóricas sobre a noção de controle social como uma prática de fiscalização por parte do colegiado territorial para com as políticas e ações públicas locais, municipais, estaduais e de âmbito nacional e sua implementação. Por fim a implantação do projeto do NEDET-BIG e suas reflexões ações no território acerca das perspectivas teóricas apresentadas anteriormente.

2. A Noção de Controle Social

O entendimento é que o controle social de-

sempeha um elemento de participação direta da população no processo de gestão da coisa pública, possibilitando a sociedade civil se fazer presente no planejamento e fiscalização na gestão, no serviço e nas políticas públicas de um determinado local. Configurando-se como um elemento importante no processo de democratização do país. Nesse sentido, os Conselhos Gestores de Políticas Públicas (CGPP) seriam mecanismos importantes para viabilizar o controle social (GERSCHMAN, 2004).

Os benefícios da existência de processos de participação são que estes ajudam na conscientização crítica por parte das pessoas e faz com a sociedade de forma geral tenha mais poder no processo de tomada de decisão e nas reivindicações, assim como possibilita a resolução de conflitos, isto é, a busca de um consenso. Outras vantagens são a viabilidade do controle das autoridades por parte da sociedade civil e a legitimidade das políticas públicas perante a população que se faz mais presente e tem acesso as informações (BORDENAVE, 1994).

Segundo Abers et al. (2009) os estudos que defendem instituições deliberativas tendem a delinear a participação com três funções: (i) promover a inclusão política; (ii) estimular processos deliberativos interativos; e (iii) aumentar o controle da sociedade sobre o Estado.

Para Ricci (2009), antes de discorrer sobre o significado de controle social é preciso tratar o que não pode ser apresentado como tal. Neste caso, controle social não é consulta ou ouvir o outro ator. Essas formas de relação podem ser analisadas como níveis de participação, mas não gera controle. Controle social vai à direção de co-gestão e planejamento, isto é, a sociedade civil é ator presente e relevante no processo de elaboração, acompanhamento e verificação ou monitoramento das ações de gestão pública.

Bravo e Correia (2012) vão ressaltar que no Brasil a expressão “controle social” tem ocorrido com o significado do controle da sociedade civil

sobre a atuação do Estado, mais especificamente na área das políticas sociais. Sendo que essa demanda já inicia no período da redemocratização justamente contrapondo com o Estado autoritário vigente da época, mas é a partir da Constituição de 1988, que as iniciativas se fazem efetivamente presentes.

Sendo assim, a expressão controle social está no contexto das lutas sociais contra o estado autoritário no Brasil na defesa da redemocratização. Desta forma, em um primeiro momento a sociedade civil podia ser entendida como contraponto do Estado autoritário, pois “civil” significava o contrário de “militar”. O que vinha da sociedade civil era positivo, significando progresso e qualquer questão originada do Estado era algo ruim, pois delineava de um contexto opressor. Desta forma, analisava-se a partir da cisão ou uma dicotomia entre Estado e sociedade e é a partir desse sentido de oposição entre Estado e sociedade civil que a expressão sociedade civil é inserida inicialmente (COUTINHO, 2006 apud BRAVO; CORREIA, 2012). No entanto, com a democratização vão ascendendo outras formas de abordar a relação entre sociedade civil e o Estado. Como já delineado a concepção que permeia este estudo é no entendimento que se precisa buscar uma gestão compartilhada entre o Estado e a sociedade civil.

Como já salientado, a Constituição Federal de 1988 se torna um importante marco institucional para a criação e desenvolvimento de instâncias de participação, assim como elementos e diretrizes de democracia participativa. O artigo primeiro, em seu parágrafo único diz “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Com isso, a população pode exercer seu poder por meio de suas representações ou até mesmo diretamente (RICCI, 2009). É possível tratar os conselhos gestores como forma institucional que atende esta possibilidade de presença da sociedade civil na participação da gestão pública, assim como as Conferências Nacionais de

Políticas Públicas, bem como as experiências do Orçamento Participativo, os Planos Plurianuais e os Planos Diretores dos municípios.

Quando se faz uso do significado de sociedade civil é importante delimitar, pois pode apresentar entendimentos distintos, pois no ideário do neoliberal as formulações de sociedade civil vão em direção de um esvaziamento e despolitização da própria. Neste mesmo ideário temos uma desresponsabilização do Estado para prestação dos serviços públicos e uma inserção da sociedade civil como “parceira” no que tange a contribuição financeira. Em seu limite organizações ditas da sociedade civil substituiriam o Estado. Essa orientação de “reforma” no Estado estava no amparo do Banco Mundial (BRAVO; CORREIA, 2012.).

O Estado diminui seu papel de prestador direto de serviços, dando espaço para essas organizações, atuando mais como orientador e regulador dos serviços. No entanto, a participação social que delineia este trabalho é em uma perspectiva de controle social, na qual a sociedade civil possa participar das políticas públicas, desde seu planejamento e formulações, acompanhamento para que os recursos possam atender a coletividade (BRAVO; CORREIA, 2012.). Neste caso, não é suprir nem substituir as funções do Estado que continuariam como o provedor de tais serviços.

Outro ponto relevante é que não se deve tratar a sociedade civil como espaços homogêneos e sem contradições de classes. Não necessariamente os interesses são universais. Segundo Bravo e Correia (2012), a sociedade civil está sempre em uma disputa de classes na busca pela hegemonia. Há um antagonismo entre a classe trabalhadora e a classe dona do capital. Desta forma, a relação entre Estado e sociedade civil no exercício do controle social tem que ser entendido em uma sociedade civil composta por interesses de classes muitas vezes distintos. Sendo assim, a defesa da sociedade civil deve ocorrer a partir da classe trabalhadora articulada com os movimentos sociais organizados.

3. Conselhos Gestores de Políticas Públicas

A partir da redemocratização do Brasil, pode-se perceber uma descentralização tanto da gestão quanto financeira da administração e das políticas públicas. Dando mais responsabilidades para os estados e municípios. Desta forma, temos a municipalização das políticas sociais, como educação, saúde, assistência social e segurança alimentar e nutricional.

A Constituição de 1988 será o marco institucional para o início deste processo, que também estabeleceu uma institucionalidade nos canais de participação da sociedade junto ao Estado, que são os Conselhos Gestores de Políticas Públicas (CGPP), que são órgãos que apresentam funções, pelo menos em tese, como formações e deliberações das políticas públicas, exercendo também um papel no controle social dessas políticas assim como na gestão governamental. Esses conselhos estão presentes em todos os níveis de federação. Sendo que no nível municipal ocorreu uma grande disseminação nos últimos anos, tornando-se referências para os estudos dedicados ao controle social. No entanto, uma inovação recente a que este artigo se dedica é acerca do Colegiado Territorial Rural.

O processo da criação dos conselhos tem como base as mobilizações delineando entre várias reivindicações a demanda por uma gestão pública democrática (TÓTORA; CHAIA, 2002).

Foi por meio de legislação complementar e normatizações produzidas pelas instâncias federais que se constroem a regulamentação no modo de funcionamento CGPP (CÔRTEZ, 2005). Ainda segundo a autora, aponta que a disseminação dos conselhos municipais nas diversas áreas da política social e o potencial de envolvimento dos participantes não se encontra em países que também apresentam instituições de canais de participação, tais como Itália, Inglaterra, EUA ou

no Canadá.

A ideia é que CGPP crie uma instância entre a sociedade civil e o governo local de formulação e proposição de diretrizes e estratégias da gestão governamental e possibilita exercício do controle social dessas ações. Nesse sentido, cria a oportunidade de fiscalizar e avaliar ações assim como a alocação de recursos (PRESOTO; WESTPHAL, 2005).

Sendo assim, seguem alguns elementos de caracterização destas instâncias de participação, tais como: (i) se apresentam em áreas temáticas, ligadas a políticas sociais específicas; (ii) são canais institucionais de participação social; (iii) apresentam um caráter representativo com mandatos sociais não remunerados, podem ser deliberativos ou consultivos; (iv) apresentam uma composição paritária entre governos e sociedade; (v) pelo menos formalmente apresentam uma autonomia em relação ao governo local (TÓTORA; CHAIA, 2002).

Quando se analisa o papel dos CGPP e as conferências de políticas públicas, pode-se admitir correntes que entendem que os movimentos sociais não deveriam participar destes espaços institucionais de participação por entenderem que estes estão capturados pelo Estado. Entretanto, há vertentes que acreditam que são esses espaços que possibilitam acesso a mais poder dentro do Estado, isso não significa que há limites nas efetividades destas estruturas institucionais (BRAVO; CORREIA, 2012).

Os conselhos tendo sua efetividade na representatividade e no funcionamento poderão atribuir novas diretrizes para as políticas sociais, pois atuam na formação das políticas públicas e nas tomadas de decisões. É percebido que a partir de 1996 há o aumento da criação dos conselhos municipais, pois os recursos destinados às áreas sociais eram vinculados a partir de suas criações (GOHN, 2002).

A instituição dos CGPPs é considerada uma inovação no que tange a participação social no processo de formação e implementação das po-

líticas públicas, assim como o exercício do controle social dessas políticas. No entanto, há problemas e limites neste novo desenho organizacional da gestão pública brasileira (TÓTORA; CHAIA, 2002). Quando se analisa os mecanismos de participação social no Brasil é importante ressaltar que esses espaços em certas ocasiões se transformam em meros espaços de consentimentos das ações do poder público sem sua real efetividade, tornando-se um meio de legitimação por parte do poder público.

Na concepção liberal, a sociedade civil é vista sem antagonismos com interesses universais e que as negociações com o Estado se estabelecem por meio de parcerias para solucionar problemas que são entendidos como de todos (CORREIA, 2005). Nesse contexto, os conselhos seriam espaços de pactuação para se buscar consensos que em última instância podem legitimar as ações do Estado cooptando a sociedade civil, que ao invés de exercer o controle social se torna a controlada.

No entanto, o sentido original dessas instâncias de participação é justamente o exercício do controle social sobre o Estado a fim de atender a demanda da maior parte da população que está configurada na classe trabalhadora. Desta forma, a sociedade civil não é homogênea e sim com representações com interesses antagônicos. Devemos entender esses espaços sem neutralidade e com diversidade. Desta forma, o exercício efetivo do controle social dependerá das correlações de forças estabelecidas nessas instâncias (CORREIA, 2005).

Presoto e Westphal (2005) destacam algumas limitações dos conselhos no momento dos seus exercícios, que podem justamente prejudicar o funcionamento como tal foi imaginado. São possíveis limitações: (i) Possíveis manipulações do conselho feito pelo governo a partir de indicações em sua composição; (ii) Dificuldade da sociedade civil em participar dos conselhos devido à restrição de acesso do próprio poder público e a própria falta de tempo; (iii) Entendimento das funções por parte dos representantes da sociedade civil dos conselhos; (iv) Falta de infraestrutura para o fun-

cionamento adequado; (v) Problema de representatividade.

Somando a esses problemas, ainda há na cultura política brasileira a ideia de que o Estado deve resolver todas as questões para atender as necessidades da população sem uma discussão a respeito. O que acaba distanciando a população da coisa pública, dificultando uma cidadania ativa. Uma participação envolve educação política, aprendizado na vida cotidiana, onde sejam conhecidos e respeitados os direitos e os deveres da cidadania (TÓTORA; CHAIA, 2002).

Quando se analisa a atuação dos CGPP e neste estudo sobre os colegiados territoriais essa problematização deve estar presente para verificar possíveis formas de condutas para que esses procedimentos não se tornem a realidade como um todo.

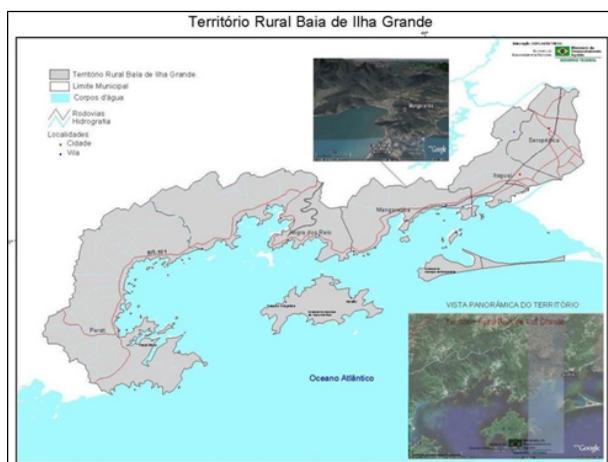
Os colegiados territoriais rurais apresentam um desenho com representações do Estado e sociedade civil que vão atuar espacialmente nos municípios que compõem um território rural. Estes colegiados podem apresentar alguns de seus objetivos: (i) Fomentar o desenvolvimento rural sustentável através do apoio à organização e ao fortalecimento institucional dos atores sociais locais; (ii) Promover a gestão participativa e o controle social das políticas de desenvolvimento rural sustentável e o fortalecimento da educação do campo, da agricultura familiar e demais comunidades; (iii) Buscar a inserção do colegiado para participação nas formulações e adequações de políticas públicas e iniciativas locais às potencialidades e demandas do território; (iv) Contribuir no fortalecimento, na implementação e na integração de políticas públicas nos níveis, municipal, estadual e federal.

4. Implantação do Projeto: breve caracterização do território

O Território Rural da Baía da Ilha Grande

compreende os municípios de Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty, Seropédica, presentes na região Sudeste do Estado do Rio de Janeiro como se pode observa no mapa do território na figura 1. Os municípios apresentam uma área territorial total de 2.666,18 km² com uma população total de 430.777 habitantes sendo que cerca de 9% sendo população rural com 39.184 habitantes, onde se destacam os municípios de Paraty e Seropédica com a maior concentração de população rural. Outra informação relevante que entre os anos de 2000 e 2010 ocorreu uma redução da população rural quando se compara com a população urbana. A redução mais acentuada foi em Paraty que reduziu tanto em valores absolutos quanto relativos. Em 2000 cerca de 50% da população era rural e em 2010 essa população reduziu para próximos de 26%. Pode-se verificar essas informações no quadro 1.

Figura 1: Mapa do Território Rural da Baía da Ilha Grande mostrando os municípios Seropédica, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty.



Fonte: BRASIL, SDT – MDA – Rio de Janeiro (2011)

Quadro1: Dados demográficos do Território da Baía da Ilha Grande

Município	Área (km ²)	2000				2010			
		Pop. total (hab.)	Pop. urbana (hab.)	Pop. rural (hab.)	Percentual da pop. rural (%)	Pop. total (hab.)	Pop. urbana (hab.)	Pop. rural (hab.)	Percentual da pop. rural (%)
Angra dos Reis	825,09	119.180	114.237	4.943	4,15	169.150	163.290	6.221	3,68
Itaguaí	257,85	81.952	78.161	3.791	4,63	109.091	104.209	4.882	4,48
Mangaratiba	356,41	24.854	19.820	5.034	20,25	36.456	32.120	4.336	11,89
Paraty	925,01	29.521	14.049	15.472	52,41	37.533	27.689	9.844	26,23
Seropédica	283,76	65.020	51.773	13.247	20,37	78.186	64.285	13.901	17,78
Total	2.666,18	320.527	278.040	42.487	13,26	430.777	391.593	39.184	9,10

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000); IBGE, Censo Demográfico (2010).

No que diz respeito com alguns dados econômicos todos os municípios, com exceção de Seropédica apresentam um PIB per capita mensal maior do que a média do Estado do Rio de Janeiro. Pode-se destacar que em relação Rendimento nominal médio mensal per capita dos domicílios particulares permanentes no ano de 2010 é que todos os domicílios rurais dos municípios apresentam rendimentos menores que os domicílios urbanos.

Com exceção de Seropédica as diferenças são bem acentuadas, sendo que o município de Mangaratiba é o local com maior diferença, mais que o dobro. Quando comparado com o Estado do Rio de Janeiro os rendimentos dos domicílios urbanos ficam abaixo do Estado. No entanto, os rendimentos dos municípios rurais são maiores que a média do Estado do Rio de Janeiro, com exceção de Mangaratiba.

Quadro2: Dados econômicos do Território da Baía da Ilha Grande e do Estado do Rio de Janeiro

Município	PIB per capita média mensal - 2010 (R\$)	Rendimento nominal médio mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - 2010 (R\$)
Angra dos Reis	2.796,65	919,89
Angra dos Reis (urbana)		932,21
Angra dos Reis (rural)		553,86
Itaguaí	3.587,54	684,77
Itaguaí (urbana)		691,91
Itaguaí (rural)		531,66
Mangaratiba	4.872,50	951,22
Mangaratiba (urbana)		1.012,85
Mangaratiba (rural)		488,62
Paraty	1.806,87	900,74
Paraty (urbana)		1003,32
Paraty (rural)		579,25
Seropédica	975,26	672,49
Seropédica (urbana)		704,9
Seropédica (rural)		514,76
Estado do Rio de Janeiro		1.231,56
Estado do Rio de Janeiro (urbana)		1.254,78
Estado do Rio de Janeiro (rural)		509,66

Fonte: IBGE

Quando analisamos os indicadores do IDHM e do índice Gini é perceptível o avanço nos dois indicadores e em todos os municípios entre os anos de 2000 e 2010. Sendo que os municípios que mais evoluíram em relação ao IDHM foi Seropédica e Itaguaí com um avanço de cerca de 21%, sendo que Mangaratiba é o que apresenta o maior nível. Todos os municípios saíram de um patamar de médio desenvolvimento para o avançado desenvolvimento. Por meio do índice de Gini verifica-se uma melhora no nível de distribuição de renda. Os municípios menos desiguais em relação aos indicadores são Itaguaí e Seropédica com o valor de 0,47 e os que mais avançaram foram Paraty e Seropédica. É preciso ainda analisar em quais critérios ocorreu os avanços, pois Seropédica e Itaguaí tiveram aumentos em seu crescimento econômico devido aos megaempreendimentos que se instalaram nesses municípios. Isso não significa que os municípios obtiveram melhoras na saúde e educação.

Quadro3: Indicadores socioeconômicos do Território da Baía da Ilha Grande

Município	IDHM		Índice de Gini	
	2000	2010	2000	2010
Angra dos Reis	0.599	0.724	0.53	0.50
Itaguaí	0.589	0.715	0.52	0.47
Mangaratiba	0.642	0.753	0.56	0.51
Paraty	0.583	0.693	0.59	0.52
Seropédica	0.586	0.713	0.54	0.47

Fonte: IBGE, censo demográfico (2000). IBGE, censo demográfico (2010).

5. O projeto de extensão e pesquisa

Sobre a o projeto, o plano de trabalho envolveu inicialmente o planejamento do programa de extensão universitária capaz de fortalecer a participação das mulheres envolvidas na agricultura familiar da região e, conseqüentemente, buscar a execução do programa de formação dos

conselheiros que atuarão na proposta de desenvolvimento territorial sustentável, no sentido de incluir as demandas da agricultura familiar nas agendas dos municípios do território.

O Programa de formação contou inicialmente com atividades/cursos contendo capacitação dos agricultores visando a participação e a gestão social, técnicas de desenvolvimento sustentável, formação de núcleos de organização das mulheres do campo e inclusão digital como consta no quadro 4.

Quadro 4: Estrutura de planejamento da formação/capacitação dos membros do colegiado territorial.

Tema	Conteúdo
Gestão Social, participação e cidadania	Tipos de democracia – representativa e deliberativa; cidadania; gestão social e os espaços de participação; participação social; tecnoburocracia.
Políticas Públicas: mulheres rurais	Políticas públicas para mulheres no Brasil; Lutas Sociais: direitos econômicos e sociais; Mulheres na Reforma Agrária: Gênero e agricultura familiar; Cidadania e mulheres rurais: Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural; Os conselhos de políticas públicas para mulheres: composição, estruturação, competências e funcionamento.
Elaboração de projetos comunitários e administração de projetos comunitários	Identificação; Viabilidade; Projeto; Análise; Caso prático; Administração de Pessoas; Administração de recursos materiais; Administração de recursos financeiros; Caso prático. Avaliação de projetos comunitários; Análise, Acompanhamento; Avaliação final (ou de impacto); Caso prático; Captação de recursos para projetos comunitários, Por que captar e mobilizar recursos? Como captar recursos? Planejamento; Fontes; Outros aspectos Caso prático.
Desenvolvimento das cooperativas de agricultura familiar e economia solidária	Passos para criação de uma cooperativa. O que é o Estatuto Social da Cooperativa? Procedimentos básicos para o funcionamento de uma cooperativa; Os Órgãos Sociais das Sociedades Cooperativas; Desconstituição de Cooperativas; Área Administrativa; Área Financeira; Departamento Contábil.
Noções de administração	Orçamento doméstico; elaboração de livro caixa; controle de estoque; conceito de marketing: cliente, produto, preço, distribuição e promoção; inovação; criatividade; agregação de valor; técnicas de venda e comercialização; gestão e liderança.
Cultura, Identidade e território	A importância da preservação da cultura e da identidade no meio rural; valorização dos conhecimentos tradicionais construídos pelos produtores da região; a importância da difusão e troca dos conhecimentos entre os agricultores; manutenção do tecido social e cultural das famílias de agricultores; preservação da paisagem rural.
Os Conselhos de Políticas Públicas	Previsão legal; funções; composição; estrutura e funcionamento dos conselhos de políticas públicas. Similaridades e diferenças entre os conselhos.
Os Conselheiros de Políticas Públicas – Controle Social	Papel do conselheiro; representatividade e articulação com as bases; habilidades do conselheiro (negociação, articulação, interlocução, oratória, etc).
Elaboração de projetos de desenvolvimento territorial sustentável	Capacitação em hidroponia e piscicultura integradas.
Inclusão digital e tecnologias sociais	Inclusão digital; Pesquisa telemática; acesso a documentos e relatórios de políticas públicas; redes sociais como forma de interlocução, participação e troca de informações entre os atores sociais envolvidos no desenvolvimento territorial.

Fonte: dados elaborados pela equipe do NEDET.

Houve um período exploratório inicial, necessário para vislumbrar o panorama da situação dos municípios. Como processo metodológico de planejamento e implantação do projeto, a abordagem interdisciplinar com a integração de diversos aspectos referentes à gestão social (VILLELA, 2012) implantação de planos de desenvolvimento territorial, teve como base a relação dialógica entre a equipe do projeto e os atores antigos participantes do colegiado territorial.

A operacionalização do projeto levou, posteriormente, a ações de recomposição do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande o qual esteve inoperante por dois anos. Anteriormente à atuação do NEDET-BIG em 2015 o colegiado havia sido criado com a coordenação da UNACOOOP – União das Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Rio de Janeiro – em projeto com a SDT do MDA que promoveu a reunião dos atores desde a criação colegiado territorial no ano de 2008 e, além dessas ações, elaborou o documento de Diagnóstico Territorial³. Anteriormente a essa organização, o território da Baía da Ilha Grande havia sido criado e coordenado pela Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado do Rio de Janeiro – DFDA-RJ.

Sendo assim, o próximo item do artigo irá descrever a retomada das ações do colegiado a partir da sua recomposição pelo NEDET-BIG, bem como a elaboração do regimento interno, a organização da Conferência de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER etapa territorial – o planejamento e a implantação das capacitações dos seus membros e a elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, à luz da Gestão Social e do Controle Social enquanto referenciais teórico-metodológicos.

6. Delineamento das ações do NEDET

O projeto encontra-se em fase de desenvolvimento e articulação com as prefeituras e dos

atores sociais locais dos seis municípios, onde espera-se a participação integral de todos os representantes de redes e associações de produtores agrícolas (VILLELA e PINTO, 2009), principalmente das mulheres, dos jovens e comunidades tradicionais que atuam na atividade agrícola ou pesqueira, no programa de extensão em formação de conselheiros a fim de promover o desenvolvimento rural e territorial sustentável nos municípios.

Como indicador de progresso será fundamental a obtenção do fortalecimento da percepção e da articulação efetiva dos três atores envolvidos no processo de reestruturação do colegiado – (1) secretarias das prefeituras e áreas de proteção ambiental, (2) agricultores, pescadores, indígenas e quilombolas organizados em associações e/ou cooperativas e (3) entidades de pesquisa e extensão (EMBRAPA, PESAGRO, FIPERJ, EMATER, UFRRJ, etc.), acerca da necessidade da criação de um Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PTDRS) para a região, tendo em vista os problemas relacionados à continuidade da atividade rural em virtude do crescimento urbano das cidades envolvidas no projeto. Ainda como indicador de progresso, tenta-se obter como resultado deste processo, o desenvolvimento de atividades de pesquisa que contribuam para a literatura científica como artigos e capítulos de livros acerca da experiência a ser desenvolvida dentro da abordagem territorial.

A primeira reunião de recomposição do colegiado do território ocorreu no dia 12 de agosto de 2015 no Auditório Paulo Freire, na UFRRJ. O encontro teve como objetivos: (1) a apresentação da equipe do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Territorial (NEDET) da Baía da Ilha Grande – convênio UFRRJ/CNPq/MDA; (2) o início dos trabalhos para a reorganização do Colegiado do Território da Baía da Ilha Grande; (3) a apresentação e discussão de possíveis projetos do PROINF (que não ocorreu por falta de entidades proponentes interessadas); (4) a apresentação do projeto de capacitação em gestão social para as mulheres jovens do campo e comunidades tradicionais visando o desenvolvimento territorial sustentável

para o Território Rural da Baía da Ilha Grande; e (5) a criação de comissões que buscariam contato com os representantes de associações e cooperativas de agricultores para participarem como membros do colegiado.

Na segunda reunião plenária, realizada no município de Paraty o NEDET recebeu os ofícios de indicação dos representantes titulares e suplentes para a composição das entidades que fariam parte do quadro do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande.

Antes da terceira reunião plenária do colegiado, houve um encontro em Mangaratiba com uma comissão tirada na segunda reunião para a elaboração do Regimento Interno do Colegiado. Nesta reunião foram discutidas as diretrizes da composição e das ações do colegiado.

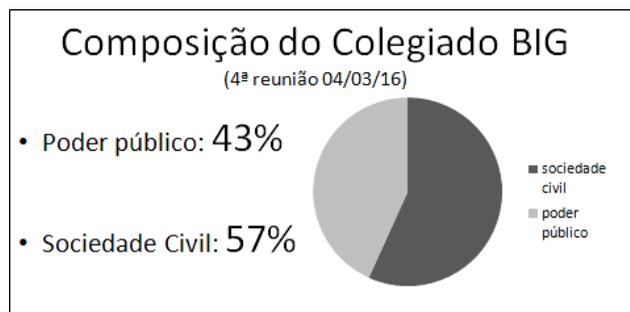
A terceira reunião do colegiado, realizada no Campus da UFRRJ em Seropédica teve como finalidade a aprovação em plenária do Regimento Interno assim como a aprovação dos representantes indicados pelas instituições que compoariam o referido colegiado. A composição contou com 21 membros da sociedade civil e 16 do poder público, respeitando a paridade de haver, no mínimo, 50% da sociedade civil determinado pelo regimento interno aprovado, conforme indica o quadro 5.

Quadro 5: Atual composição do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande

Membros do Poder Público
Secretaria Municipal de Meio Ambiente Agricultura e Pesca de Mangaratiba
Secretaria de Ambiente e Agronegócios de Seropédica – SEMAMA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Programa Luz para Todos/RJ
Emater-Rio
Instituto de Temas e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – ITERJ
Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ
Fundação Oswaldo Cruz - Observatório dos Territórios Suest e Sudeste da Bacia
Secretaria de Pesca e Agricultura de Paraty
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura – Itaguaí
Secretaria de Atividade Econômica de Angra dos Reis
Parque Nacional da Serra da Bocaina – KMBio
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura de Rio Claro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Empresa Agrobiologia
PESAGRO - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
Membros da Sociedade Civil
Associação de Prod. Rurais Unidos de Assentados da Fazenda Batatal
Associação de Pescadores e Maricultores da Ilha da Marombaia Assoc. da Comun. dos Remanescentes de Quilombos da Ilha da Marombaia – ARQIMAR
Associação dos Agricultores Familiares das Glebas Coletivo e Santa Alice – AACSA
Associação dos Agricultores da Agroindústria de Doces de Mangaratiba
Associação de Moradores e Amigos de São João Marcos - Serra do Piloto
Associação de Pequenos Agricultores do Vale do Rio Sahy
Cooperativa de Trabalho, Consultoria, Projetos e Serviços em Sustentabilidade – CEDRO
Associação Comunitária Indígena Guaraní
Associação Comunitária Indígena do Braçuí
Cooperativa dos Produtores Rurais de Paraty – PACOVA
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angra dos Reis
Sindicato Rural de Itaguaí
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraty Duplicata com pecova
Associação dos Trabalhadores Rurais da Serra do Piloto
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mangaratiba
União das Ass. e Coop. De Prod. Rurais do Estado do Rio de Janeiro – UNACOOOP
Conselho Comunitário de Marombaia e Rio Preto
Associação de Pequenos Produtores Orgânicos de Seropédica – SerOrgânico

Fonte: dados organizados pelos autores

Figura 2: Porcentagem da paridade de Membros aprovados para o colegiado territorial



Fonte: dados organizados pelos autores.

A Conferência de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural – etapa territorial realizada em dezembro de 2015, também organizada pelo núcleo da UFRRJ, contou com a participação de representantes dos municípios de Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí, Rio Claro e Seropédica. Com um total de 51 participantes, foram formados grupos em torno de 3 eixos: I - Fortalecimento Institucional, Estruturação, Gestão, Financiamento e Participação Social; II – ATER e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar; III - Formação e Construção de Conhecimentos na ATER. Todos os eixos foram transversalmente discutidos a partir da perspectiva dos seguintes eixos transversais: Eixo A – ATER e Mulheres Rurais; Eixo B – ATER e Juventude Rural; e Eixo C – ATER e Povos e Comunidades Tradicionais. Nesse encontro foram eleitos 14 representantes titulares e 7 suplentes, incluindo membros da sociedade civil e do poder público, que levariam as discussões apresentadas para a Conferência de Ater etapa estadual que ocorreu em abril de 2016 e, em seguida, a conferência nacional realizada em maio do mesmo ano.

A quarta reunião plenária do colegiado, realizada no município de Rio Claro contou com a atividade de criação do Núcleo Dirigente e do Núcleo Técnico, assim como o planejamento das ações do colegiado para o ano de 2016. Outra ação do colegiado nesse encontro foi a tentativa

de articulação para a criação dos comitês de jovens, mulheres e comunidades tradicionais.

A quinta reunião realizada em junho de 2016 no município de Angra dos Reis contou com a participação dos responsáveis pelo (1) Parque Estadual Cunhambebe – INEA⁴ – e pelo (2) Parque Nacional da Serra da Bocaina – ICMBio⁵ em uma “sessão temática” a qual foi uma demanda apresentada pelos agricultores na quarta reunião. Esta sessão tinha o objetivo de esclarecer os conflitos entre os órgãos de fiscalização ambiental e os agricultores em virtude das demarcações das áreas de proteção e conservação ambiental. Considera-se, portanto, que essa demanda por parte da sociedade civil seja caracterizada como uma ação de controle social na qual os agentes do poder público foram questionados quanto as suas ações de repressão das práticas agrícolas quando contrastadas com a citada “permissividade” desses órgãos aos megaempreendimentos industriais e comerciais no território, mais especificamente nas localidades das unidades de conservação ambiental.

Ainda na quinta reunião foi apresentada a continuidade do NEDET mesmo com a extinção do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário – cujo o projeto esteve vinculado até então. O NEDET se responsabilizou em continuar apoiando o colegiado mesmo sem o vínculo com o ministério e sem as informações necessárias quanto ao financiamento por parte do CNPq. Foi também criada uma comissão para, em um encontro marcado duas semanas após a plenária, discutir-se a elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável para o território a partir das orientações do extinto MDA e dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS.

Foram realizados dois encontros de capacitação para os membros representantes dos colegiados com participação da sociedade civil, do poder público e das entidades de pesquisa e extensão, nos quais foram abordados temas como: (1) Gestão Social, Controle social e participação

nas políticas públicas; (2) cultura, identidade e território e (3) assistência social no meio rural. Nestes dois encontros de capacitação as discussões acerca dos conceitos abordados foram contextualizadas nas falas dos participantes acerca da realidade do território da Baía da Ilha Grande, nas quais as interações foram profícuas e enriquecedoras para todo o grupo presente. Houve a participação de 38 e 23 integrantes do colegiado, respectivamente, nos dois encontros até então oferecidos.

Concomitantemente aos encontros e ações do colegiado foram realizados 12 encontros semanais de capacitação para os agricultores da região de Mazombinha, em Itaguaí, e na Associação Serorgânico localizada em Seropédica foram realizados 6 encontros, onde discutiu-se temas variados orbitando entre políticas públicas, administração, identidade rural, cooperativismo, técnicas sustentáveis de plantio, conselhos municipais, noções de marketing para agricultores rurais e previdência social no campo. Nessas duas comunidades, anteriormente à capacitação, houve a realização de um DRP – Diagnóstico Rápido Participativo.

7. Considerações finais

Todas as reuniões pelanárias foram conduzidas pelo NEDET, mas a Gestão social pela participação dos membros do colegiado foi uma prática recorrente nos encontros onde todos expunham as suas observações, sugestões e encaminhamentos para a continuidade do colegiado, dos comitês setoriais, grupos de trabalho e de suas ações e deliberações.

Uma observação importante é o fato de que a maior participação nas plenárias sempre foi de representantes do poder público como pesquisadores, extensionistas e representantes das secretarias municipais, ainda que alguns representantes da sociedade civil – organizada por agricultores familiares, quilombolas, indígenas e

pescadores caiçaras – oscilavam com um certo “revesamento” nas reuniões. Isso deve-se ao fato da dificuldade de deslocamento aos locais assim como o afastamento dos mesmos das suas atividades laborais cotidianas. Parafraseando Abramovay (2001), a participação da sociedade civil nos conselhos e colegiados é extremamente frágil, sobretudo, porque estar longe das suas produções pode provocar prejuízos econômicos para a sua família.

Em uma prévia avaliação geral, o envolvimento do NEDET-BIG com o recém reestruturado colegiado territorial tem se mostrado profícuo enquanto apoiador da interação entre os atores participantes das diversas esferas públicas presentes. Interação essa que materializa-se com o sentido de apoiar as suas ações, de organizar as agendas e de minimizar os conflitos e dificuldades existentes no processo de participação coletiva no que tange às práticas da gestão social, do controle social e da promoção do bem comum, a fim de se alcançar o desenvolvimento sustentável pelos diversos atores que compõem os municípios do território.

8. Referências

ABERS, R. N.; FORMIGA-JOHNSON, R. M.; FRANK, B.; KECK, M. E.; LEMOS, M. C. *Inclusão, deliberação e controle: três dimensões de democracia nos comitês e consórcios de bacias hidrográficas no Brasil*. Ambient. soc., Campinas, v. 12, n. 1, p. 115-132, Junho 2009.

ABRAMOVAY, R. *Conselhos além dos limites*. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v.15, nº 43, set/dez. 2001.

ABRAMOVAY, R. *Para uma teoria dos estudos territoriais*. In: Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária. ORTEGA, A. C. FILHO, N.A. (org.). Alínea editora. Campinas, 2007.

ALLEBRANDT, S. L.; SIEDENBERG, D. R.; SAUSEN, J. O.; DECKERT, C. T. *Gestão social e ci-*

dadania deliberativa: uma análise da experiência dos Coredes no Rio Grande do Sul, 1990- 2010. Cadernos EBAPE.BR, v. 9, n. 3, art. 11, p. 914-945, 2011.

BUAINAIN, A. M. *Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate.* Brasília: IICA, 2006.

BORDENAVE, J. E. D. *O que é participação.* 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. *Diagnóstico Territorial: Território Baía da Ilha Grande – Rio de Janeiro.* Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria do Desenvolvimento Territorial. União das Associações e cooperativas Usuárias do Pavilhão 30. CONTRATO: 0240547-67/2007. PROGRAMA PRONAT, novembro de 2011.

BRAVO, M. I. S.; CORREIA, M. V. C.. *Desafios do controle social na atualidade.* Serviço Social. Soc., São Paulo, n. 109, p. 126-150, jan./mar. 2012.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF R. S.. *Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial.* In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF R. S (orgs). *Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.* Rio de Janeiro: Mauad, 2009a.p. 25-46.

CANÇADO, A.C.; SAUSEN, J. O. ; VILLELA, L. E. *Gestão social versus gestão estratégica.* In: TENÓRIO, F. G. (org.). *Gestão social e gestão estratégica: experiências em desenvolvimento territorial.* Rio de Janeiro: FGV, 2013.

CÔRTEZ, S. M. V. *Arcabouço histórico-institucional e a conformação de conselhos municipais de políticas públicas.* Educar, Curitiba, n.25, p. 143-174, 2005.

CORREIA, M. V. C. *Desafios para o controle social: subsídios para capacitação de conselheiros de saúde.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

COTTA, R. M. M; MARTINS, P. C.; BATISTA, R. S.; FRANCESCHINNI, S. C. C.; PRIORI, S. E.; MENDES, F. F. *O controle social em cena: refletindo sobre a participação popular no contexto dos Con-*

selhos de Saúde. Physis, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 1121-1138, 2011.

CUNHA, L. A. G. *Território, desenvolvimento territorial e o “novo mundo rural”.* In: Revista Emancipação. Ponta Grossa, v. 7, n. 1, 2007.

DALLABRIDA, V. R. *Território, governança e desenvolvimento territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência.* São Paulo: LiberArts, 2016.

GERSCHMAN, Silvia. *Conselhos Municipais de Saúde: atuação e representação das comunidades populares.* Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1670-1681, Dez. 2004.

GOHN, M. G. *Papel dos conselhos gestores na gestão pública.* Informativo Cepam. São Paulo, v. 1, n. 3, p. 7-15, mar. 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística. *Censo demográfico 2010 – resultados do universo.* Rio de Janeiro, IBGE, 2001.

IBGE, Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística. *Censo Agropecuário 2006 – resultados do universo.* Rio de Janeiro, IBGE, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística. *Censo demográfico 2010 – resultados do universo.* Rio de Janeiro, IBGE, 2011.

PRESOTO, Lucia Helena; WESTPHAL, Márcia Faria. *A participação social na atuação dos conselhos municipais de Bertioga – SP.* Saúde e Sociedade, v.14, n.1, p.68-77, jan-abr, 2005.

RICCI, R. *Controle Social: um conceito e muitas confusões.* Revista Espaço Acadêmico. Maringá, n.98, p. 09-12, 2009.

TENÓRIO, F. G. *Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado.* 3 Ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008.

TÓTORA, S.; CHAIA, V. *Conselhos Municipais: descentralização, participação e limites institucionais.* Cadernos Metrôpole, n. 8, pp. 59-86, 2ª sem. 2002

VILLELA, L. E. *Desenvolvimento territorial*

sustentável e desafios postos por megaempreendimentos: o caso do município de Itaguaí– RJ. Cad. EBAPE.BR vol.9 no.3 Rio de Janeiro Setembro de 2011. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512011000300009>> Acessado em 08/10/2012

WANDERLEY, M. N. B. *A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil*. In: Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba: Editora da UFPR, n. 2, p. 29-37, jul/dez, 2000.

Sítios pesquisados:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<http://www.fnde.gov.br/> – acessado em 23/11/16

Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil

www.mda.gov.br – acessado em 16/08/19

¹UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro localizada no município de Seropédica-RJ.

²http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_23/Nedets.pdf - acessado em 15/12/16.

³BRASIL. Diagnóstico Territorial: Território Baía da Ilha Grande – Rio de Janeiro. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria do Desenvolvimento Territorial. União das Associações e cooperativas Usuárias do Pavilhão 30. CONTRATO: 0240547-67/2007. PROGRAMA PRONAT, novembro de 2011.

⁴INEA – Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro.

⁵ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ligado ao Ministério do Meio Ambiente - MMA